

O PESSOAL É POLÍTICO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO DA PANDEMIA SOB A ÓTICA DA ARGUMENTAÇÃO

THE STAFF IS POLITICAL: AN ANALYSIS OF JOURNALISTIC PRODUCTION ABOUT WOMEN'S WORK IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC FROM THE VIEWPOINT OF ARGUMENTATION

Ana Luiza Cordeiroⁱ
Nanci Stancki da Luzⁱⁱ

Resumo: Observa-se a persistente atribuição dos problemas de violência doméstica à esfera privada, como um problema familiar e particular, e não como uma consequência da estruturação patriarcal, pertencente à esfera pública. Diante dessa realidade, o presente artigo analisa a abordagem jornalística acerca do impacto da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) na rotina de mulheres brasileiras, a partir da necessidade de isolamento social/distanciamento social. Metodologicamente, foram coletadas 4 matérias publicadas em sites jornalísticos entre os dias 15 de abril e 15 de maio de 2020 e que abordam o tripé “mulheres, trabalho e pandemia”, buscando elementos que dão subsídios ao público para compreender a estruturação social de violência contra a mulher que se acentuou na pandemia, enfocando nas táticas de argumentação empregadas. Recorre-se sobretudo ao trabalho de Carol Hanisch, *História para fazer história* (1996) e às categorias de argumentação postuladas por Fiorin (2016). Conclui-se que diferentes táticas argumentativas são usadas para produzir sentido, manifestando uma mesma realidade de opressão.

Palavras-chave: Pandemia. Violência contra a mulher. Jornalismo. Argumentação.

Abstract: It is seen the insistent assignment of domestic violence issues to the private sphere, as a private and family situation, and not as a consequence of a patriarchal scenario, belonging to the public sphere. In the face of this reality, the present article analyses the journalistic approach around the impact of the new coronavirus (Sars-Cov-2) pandemic on Brazilian women's routine, starting from the necessity of social distancing/isolation. Methodologically, four newspaper articles published in newspaper websites between April 15 th and May 15 th of 2020 and that address to the tripod “women, work and pandemic”, searching elements that give the public subsidies to understand the social organization of violence against women that ascended during the pandemic, focusing on argumentation tactics employed. We look especially for the work of Carol Hanisch, *História para fazer história* (1996) and to the argumentation categories created by Fiorin (2016). We conclude that the different argumentative tactics are used to produce sense, manifesting one same reality of oppression.

Keywords: Pandemic. Violence against women. Journalism. Argumentation.

Introdução

A máxima “o pessoal é político” estampa uma série de reflexões acerca da problemática relacionada à vivência das mulheres. Enunciada por Carol Hanisch, no contexto dos anos 1960, no encontro Women’s Liberation Movement, nos Estados Unidos, as poucas palavras articularam uma série de percepções que começavam a emergir e desvelar uma complexa relação de poderes que permeiam a vida das mulheres.

Ao mesmo tempo que é muito recente a discussão das condições de vida das mulheres – em relação à história da humanidade – a transformação destas é um caminho que tem se mostrado lento, sobretudo diante da urgência em desfazer a organização patriarcal que oprime e nega direitos às mulheres.

No sentido de contribuir com reflexões para essa transformação, este artigo analisa a abordagem jornalística acerca do impacto da pandemia de Covid-19 na rotina de mulheres brasileiras, a partir da necessidade de isolamento social/distanciamento social adotado como forma de prevenção da contaminação e contenção da circulação do vírus Sars-Cov-2, no contexto do início de 2020. A partir dos conceitos de Carol Hanisch (1996) sobre a importância em tornar as mulheres conscientes de suas condições, considera-se essencial que as modificações ocasionadas nas vidas das mulheres nesse período sejam analisadas a partir da estrutura patriarcal que impõe às mulheres uma dinâmica de vida associada à opressão e apagamento das condições de violência.

Assume-se, com base nas premissas argumentativas de Fiorin (2016), que toda manifestação discursiva é baseada em um intuito argumentativo, já que tem por objetivo convencer, cooptar ou promover a adesão do público. Para tanto, os sujeitos podem organizar discursos que se valem de uma série de possibilidades simbólicas, ideológicas, referências e designativas e os sentidos produzidos, portanto, dependem da articulação desses elementos ao contexto (FIORIN, 2016), sendo que a análise do discurso com foco argumentativo deve considerar essas nuances de enunciação.

Parte-se inicialmente de uma conceituação sobre pontos-chaves do enredo que consolidou a emblemática expressão “o pessoal é político”, seguindo de um recorte que esboça a relação de trabalho de uma parcela das mulheres no contexto da pandemia de

2020. Metodologicamente, inicia-se com uma pesquisa bibliográfica e parte-se a uma do campo da netnografia, com foco nas matérias jornalísticas produzidas entre os dias 15 de abril e 15 de maio de 2020, que abordam o tripé “mulheres, trabalho e pandemia”, buscando identificar se a produção de conteúdo jornalístico, sob os pressupostos argumentativos de Fiorin (2016), é uma forma de evidenciar ou encobrir realidades, levando os debates a público.

Esta pesquisa, portanto, ancora-se em teorias e conceitos feministas e argumentativos e, para a coleta do *corpus*, recorre-se à netnografia, que consiste em análises quantitativas e qualitativas em relação ao conteúdo jornalístico veiculado. Como se entende que este auxilia na construção e significação da realidade (VIVARTA, 2001), parte-se então da hipótese de que o jornalismo pode ser uma ferramenta para levar a público o debate sobre a condição das mulheres enquanto classe política e econômica, podendo atuar como um meio de conscientizá-las sobre suas próprias condições. Busca-se identificar se a narrativa presente nos conteúdos veiculados acerca da temática “mulheres, trabalho e pandemia” joga luz a essas problemáticas e quais são os elementos jornalísticos constitutivos do conteúdo e por quais táticas argumentativas esse efeito de sentido é produzido.

Considerando que as pesquisas sobre as condições das mulheres têm ganhado abrangência no campo social e acadêmico, ao mesmo tempo que os dados recentes apontam um avanço lento – por vezes, anunciam atos de retrocesso – nas conquistas das lutas feministas, a pesquisa se justifica pela contribuição dos olhares posicionados à realidade de mulheres no Brasil, bem como pelas análises com base teórica sobre os impactos que um momento de pandemia do novo coronavírus trouxe às vivências pessoais-coletivas das brasileiras. A estas vivências, faz-se preciso destacar desde o início que, como apontou Carol Hanisch (1996), o âmbito pessoal emana uma dinâmica que pode ser vivenciada em níveis diversos por cada mulher, mas que sua base é geralmente comum e advém da noção estruturante do patriarcado.

1 Caminhos metodológicos

Partindo de uma discussão teórica, portanto, de base bibliográfica, esta pesquisa apresenta os principais pontos teóricos e contextuais trazidos por Carol Hanisch (1996), articulados à fala que tornou pública a afirmação de que o pessoal é político. Dessa forma, o que se pretende é levantar um panorama do artigo História para fazer história (tradução própria), mas não de forma exaustiva, logo que se compreende que o embasamento teórico assume inúmeras articulações e reflexões. Em seguida, dadas as bases teóricas e as marcações epistemológicas que guiarão as posteriores análises, parte-se para a coleta de notícias publicadas em portais jornalísticos online. Faz-se um adendo quanto ao recorte metodológico aqui escolhido, em que considerando a dinâmica própria das redes digitais e dos mecanismos de busca, optou-se pela análise de notícias ou reportagens veiculadas na primeira página do Google¹.

Para tanto, os termos “mulheres, trabalho e pandemia” foram digitados na barra de buscas, em aba anônima para não haver interferência do histórico de navegação da autora. Em seguida, todos os links da primeira página foram visitados, buscando identificar o portal de vinculação. Somente aquelas notícias pertencentes a veículos jornalísticos foram selecionadas, logo que se parte da noção de que o jornalismo é uma ferramenta de comunicação social mais abrangente no que tange à circulação da produção. Por fim, chegou-se ao total de 4 textos jornalísticos que atendem aos critérios desta pesquisa e serão trabalhados nas análises argumentativas com base nas categorias argumentativas de Fiorin (2016).

A argumentação é intrínseca aos discursos, já que toda enunciação e produção de sentido pretende cooptar o público, convencê-lo ou, ao menos, ser assumido como verdadeiro por ele (KOCH, 2011). Como sugere Fiorin (1990), apesar de haver uma estrutura da linguagem que deve ser respeitada pelas(os) falantes, há certa liberdade no modo de enunciar, de maneira que diferentes termos e composições semânticas podem ser

¹ Em média, apenas 10% das pessoas continuam as buscas para a segunda página do Google (PEÇANHA, 2017). Dessa forma, a escolha manteve-se na primeira página visando compreender quais notícias constroem a rede de informações de quem busca pelo tema.

mobilizadas. Isso posto, apresentam-se as categorias argumentativas propostas por Fiorin (2016), que servirão de base para a análise posterior das notícias, a partir dos eixos argumentativos:

- **Quase lógicos:** o discurso apresenta marcas de linearidade ou encadeamentos que visam levar o público à determinada conclusão. Usa recursos linguísticos capazes de fazer o público estabelecer relações entre fatores expostos;
- **Fundamentados na estrutura da realidade:** são argumentos pautados naquilo de que é tido como real, como sabido por uma ampla maioria – ou seja, centralizam a produção de sentido a partir das dinâmicas do contexto;
- **Fundamentam a estrutura do real:** partem de noções individuais, casos específicos ou vivências para implicar valores, orientar sentidos pela ordem da generalização, sendo geralmente uma lógica implicativa;
- **Dissociação de noções:** são argumentos pautados em noções socialmente estabelecidas, que apresentam sujeitos, coisas ou ações, por exemplo, que suscitam ou vinculam outras pela força do contexto;
- **Outras táticas argumentativas:** podem incluir estratégias discursivas falaciosas, à base de implicaturas, generalizações ou mesmo aquelas que apelam aos valores morais.

2 O pessoal é político, e ainda precisamos reafirmar isso

Com a ascensão e popularização das lutas políticas, muitas vezes, frases e slogans são tomados como elemento simbólico dos movimentos. Ter um elemento que sintetiza, de forma relativamente satisfatória, um conjunto de ações, reivindicações ou outros movimentos é bastante oportuno, tanto pela caracterização – criando uma imagem visual, sonora ou reconhecível – quanto pela facilidade de fazer circular a mensagem. Na luta das mulheres e movimentos feministas, os símbolos e slogans também estão presentes, incluindo desde o símbolo de vênus até trechos de importantes pensadoras feministas. Considerando que apesar de haver um ponto comum aos movimentos feministas – que é a emancipação das mulheres –, há uma série de variáveis, metodologias, ferramentas de

leitura da sociedade e epistemologias adotadas. Dessa forma, é comum observar a manifestação de diferentes símbolos e slogans em meio às ações políticas e reivindicativas das mulheres.

Observa-se ainda que a ascensão da internet facilitou a circulação e a incorporação de diversos elementos visuais, textuais e sonoros, mesmo entre aquelas mulheres que não necessariamente participam de movimentos ou coletivos feministas, mas que de alguma forma se identificam com as pautas e lutas, tomando o posicionamento político feminista para si. Um dos slogans que circulam e demonstra estar consolidado, inclusive, incorporado por diferentes vertentes feministas, é o "o pessoal é político", máxima enunciada no fim dos anos 1960, por Carol Hanisch em grupos do Women's Liberation Movement, nos Estados Unidos (SANDENBERG, 2018). O contexto, chamado por muitas autoras e pesquisadoras sobre o feminismo de segunda onda (SARDENBERG, 2018; PINTO, 2003), possibilitou a organização política de mulheres ativistas que pretendiam levantar as questões relativas ao ser mulher.

Conforme Cecília Sardenberg (2018), a maioria delas era de inclinação socialista e se autointitulava radical, e o objetivo dos encontros era trazer ao grupo as experiências pessoais, após um tomar de consciência de que muitos dos problemas enfrentados dentro do ambiente doméstico eram, na verdade, decorrentes da estrutural patriarcal. Ou seja, aquelas vivências consideradas por muitas como individuais ou únicas eram compartilhadas pela maioria das mulheres, sendo a organização social com bases patriarcais o eixo estruturante da problemática.

O destaque feito por Cecília Sardenberg (2018), em relação à autointitulação de mulheres radicais, suscita o esboço sobre a que se refere a radicalidade dessas mulheres, logo que o percurso e contexto das diferentes vertentes feministas acarreta conceitos que podem ficar borrados. Assim, as designadas radicais enxergavam na organização patriarcal o centro do problema da exploração e opressão de mulheres, sendo que o termo se refere, etimologicamente, à "raiz" – desta forma, não é a um sentido de extremidade, polarização ou agressividade, mas sim à busca pela origem, raiz do problema das mulheres. Então, o movimento assumia que, para desfazer a complexidade social de apagamento, violência e exploração feminina, somente uma reorganização social absoluta seria eficaz, sendo

preciso extinguir a noção de diferença sexual para que não houvesse mais uma hierarquização de gênero, em que homens detêm poder sobre as mulheres.

Para as feministas radicais, não há uma negação das diferenças sexuais, mas também não há uma referenciação a elas. Como Carol Hanisch (1996) aponta, a sociedade identifica as mulheres a partir do sistema reprodutor, incluindo-as em uma classe denominada mulheres, que se opõe social e politicamente a dos homens. O feminismo radical assume que é a sociedade – esta, organizada e dominada pelos interesses dos homens – que constrói a categoria mulher, e, portanto, o sexo também. Isso posto, retomase a emblemática afirmação de Simone de Beauvoir (1967, p. 9) de que "ninguém nasce mulher, torna-se mulher".

Essa articulação e encontro para debater problemas e contextos de suas vivências enquanto mulheres moldou um cenário revolucionário, logo que não era um mero compartilhamento de personalidades, com a descoberta de que muitos relatos eram comuns às demais, mas sim uma organização estratégica que tinha como base a troca de experiências e vivências para prosseguir com a tomada de ação (SARDENBERG, 2018). Dessa forma, fez-se emergir a noção de que a separação da esfera pública e privada era, verdadeiramente, uma ilusória barreira e controle político. Assim, as realidades experienciadas dentro da esfera doméstica eram, e ainda são, fruto da estruturação política e, portanto, requerem uma reflexão coletiva, rumo às mudanças. Como aponta Hanisch:

Estar presa ao trabalho doméstico e à educação dos filhos, falta de aborto e cuidado dos filhos, sexo insatisfatório, códigos de aparência opressivos, padrões duplos e falta de respeito foram todos problemas políticos que resultaram na usurpação de nosso tempo, trabalho e energia mental e emocional (HANISCH, 1996, online).

Como aponta Susan Moller Okin (2008), houve uma emergência do olhar e da atenção à família, que nesta arena de público/privado equivale à esfera do privado e do lar, e isso se fez por diversas frentes feministas, radicais ou não. Portanto, ocorreu a politização da estrutura familiar, que até então foi construída por uma discursivização asséptica em relação ao poder e alcance políticos, daquilo que “tinha sido visto, previamente, como paradigmaticamente não-político – a esfera pessoal da sexualidade, do trabalho doméstico,

da família.” (OKIN, 2008, p. 313).

O que se pode observar, portanto, é que os problemas da vida privada enfrentados pelas mulheres começavam com elucubrações pessoais, mas tinham origem na organização social e nela interferiam também, logo que o controle dentro do lar cerceava a participação pública feminina – era assim e ainda o é, como mostram dados relativos à participação das mulheres no mercado profissional e as duplas ou triplas jornadas de trabalho².

Para Carol Hanisch (1996), a compreensão da radicalidade é uma articulação entre estratégia, teoria e tática radicais, e sem isso não haveria o movimento de libertação das mulheres pela abolição da supremacia masculina. De acordo com a autora, falar em teoria feminista radical é, verdadeiramente, falar sobre profunda e honestamente sobre a situação das mulheres. “Quando usamos ‘radical’ ao Movimento de Libertação das Mulheres, queremos dizer a verdade profunda e radical sobre nossa luta pela libertação” (1996, online). Dessa forma, ela conceitua que a raiz da luta feminina é objetivamente a busca pela autonomia em relação ao homem – ainda que outras questões também afetem a vida de mulheres, para a teórica, o cerne do problema é a opressão e exploração da classe mulher. Aqui, portanto, Carol Hanisch (1996) tece a noção de teoria radical como verdadeiramente centrada na opressão das mulheres, ainda que leve em consideração interseccionalidades de classe e raça.

Ela não desloca questões como o racismo e a luta de classes, mas compreende essas e outras lutas como pertencentes a homens e mulheres, logo que “Dissemos que os homens oprimem as mulheres, os brancos oprimem os negros, os chefes oprimem os trabalhadores, os ricos oprimem os pobres, pelas reais vantagens materiais que obtêm disso” (HANISCH, 1996, online).

Dessa forma, a raça, a classe e a sexualidade devem fazer parte do movimento de mulheres, mas como uma luta social e necessariamente incluindo homens, diferentemente do feminismo ou movimentos de libertação das mulheres, que, nessa ótica, deve elencar a questão de sexo/gênero como a base, a raiz, da exploração e subordinação das mulheres.

Compreende-se então que questões relativas ao lar são, também, um continuum

² Como os dados recentes do IBGE, na publicação Estatística de Gênero. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

da opressão e inadequação da chamada vida pública, logo que “as relações interpessoais e familiares se caracterizam também como relações de poder entre os sexos e gerações” (SANDBERG, 2018, p. 16). Essa noção corrobora com Okin (2008), pois para ela a máxima O pessoal é político quer dizer “que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder” (2008, p. 314), em que poder se refere ao Estado sob a égide patriarcal, e “[...] que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro.” (2008, p. 314).

Aqui emerge um ponto latente para a discussão que seguirá neste artigo, pois a divisão da esfera pública e privada faz um paralelo com a divisão sexual do trabalho, que é amplamente debatida – e não são poucos os trabalhos e dados pontando que a presença da mulher no mercado de trabalho, aquele chamado de produtivo, resultou em uma resolução parcial das problemáticas capitalistas e, ao mesmo tempo, em uma nova expressão da exploração feminina. Isso se deve ao fato de que as reivindicações para a atuação profissional da mulher, não somente dentro do lar ou relacionada aos cuidados domésticos, foram conduzidas mais por uma demanda capitalista, em que a força de trabalho feminina se mostrava necessária para a manutenção do sistema de enriquecimento burguês pela mão de obra proletária do que propriamente pela estruturação de um espaço trabalhista acolhedor a elas.

Nesse contexto, incluem-se as mulheres negras, que apesar de já estarem trabalhando fora de seus lares, vivenciavam uma desvalorização ainda mais latente, emergindo as condições racistas de exploração, muitas vezes pelas próprias mulheres brancas na execução de tarefas domésticas ou de cuidados (KERGOAT, 2009).

Portanto, o que faz emergir a máxima de que o pessoal é político é que questões atreladas à vida doméstica são também questões públicas, moldadas pela estrutura social patriarcal e compartilhadas pela maioria das mulheres. Assim, para haver uma libertação da dominação masculina, é preciso uma organização política que borre a ilusória fronteira entre público e privado. Emerge a necessidade de “alavancar consciências” (HANISCH, 1996), compreendendo que a divisão do trabalho doméstico, os cuidados com filhos e filhas, a organização da rotina familiar, a manutenção do lar, etc. são problemas de ordem

política e estrutural, devendo ser reconhecidos como tal pelas mulheres.

4 A produção jornalística sobre o trabalho na pandemia

De acordo com Traquina (2005), o jornalismo constitui o quarto poder, devendo, portanto, fiscalizar outros poderes e atuar para a construção de uma realidade mais justa, democrática e socialmente responsável. Portanto, o jornalismo detém uma função social, indo além da reprodução dos fatos. Ainda que se considere a lógica de mercado e os diversos atravessamentos que impedem a ação utópica da profissão – por meio do que Pereira (2004) chama de a mercantilização da imprensa –, é pelo conteúdo produzido e veiculado pela imprensa hegemônica que boa parte da população se informa e constrói sua percepção de mundo, sobretudo em relação àquilo que foge à rotina e à realidade individuais.

Assim, notícias do exterior ou mesmo os problemas de bairros distantes podem ser acessados, muitas vezes, somente por meio de veículos jornalísticos que permitem a narrativa desses e outros fatos, ainda que sob determinada ótica ideológica. Isso, portanto, justifica-se porque

[...] embora a imprensa seja um negócio comercial e a notícia seja mercadoria, e embora jornais, revistas e emissoras de televisão e rádio e os sites jornalísticos na internet sejam rotineiramente transformados em instrumentos do poder econômico ou do poder político, a expectativa da sociedade continua a exigir, ainda que tacitamente, a independência editorial (BUCCI, 2000, p. 58).

Elencando o viés feminista, considera-se que há um movimento social de mulheres que confronta o poder hegemônico da sociedade patriarcal que molda, inclusive, a atuação jornalística. Assim, considerando o status que veículos midiáticos carregam enquanto formadoras de opinião e construtores da realidade, “o jornalismo tem o poder de selecionar e hierarquizar questões, definindo urgências e prioridades, canalizando demandas e cobrando respostas dos poderes constituídos” (VIVARTA, 2001, p. 16), não determinando os pensamentos, mas fazendo emergir os debates e reflexões.

Dessa forma, tanto a emergência das pautas sobre igualdade e emancipação

feminina têm pressionado a imprensa a debater a temática quanto a presença mais intensa de mulheres jornalistas, refletindo e elencando tais pautas dentro das próprias redações, torna cada vez mais insustentável barrar a produção temática pela mídia hegemônica. Porém, o debate por si não configura uma real representação da realidade e do contexto, sendo preciso olhar com atenção às construções narrativas e às produções de sentido elencadas pelas notícias, que podem inclusive carregar marcas discursivas pautadas em sexismo, machismo e opressão.

A partir de uma metodologia de cunho *etnográfico*, foram selecionadas 4 matérias publicadas por veículos jornalísticos online – sendo eles Folha, G1, Jornalistas livres e Nexó – que tiveram textos associados à temática de mulheres, trabalho e pandemia, por meio da categorização algorítmica do Google. Para que o debate seja prosseguido, optou-se pela análise argumentativa, com base em Fiorin (1990; 2016). Para o autor, uma análise do discurso deve se ocupar do aspecto ideológico presente na linguagem e da produção com foco na estruturação do discurso. Assim, ainda que a língua e a linguagem tenham mecanismos internos de organização, respeitando às normas sintáticas e ortográficas, há camadas e dimensões de sentido emanados em cada enunciação relativamente autônomas (FIORIN, 1990).

Para tanto, os seguintes elementos serão observados: **Tema**: título do texto; **Gênero jornalístico**: notícia, artigo, reportagem, nota, entrevista; **Identidade de gênero de quem redigiu**³: feminina, masculina, assinatura coletiva; **Recursos multimídia**: texto, vídeos, fotos e outros recursos; **Construção argumentativa**: considera o uso de táticas argumentativas propostas por Fiorin (2016), que são os *Quase lógicos*; *Fundamentados na estrutura da realidade*; *Fundamentam a estrutura do real*; *Dissociação de noções*; *Outras táticas argumentativas*.

As definições serão aprofundadas concomitantemente às análises, seguindo de uma visão macro:

³ Optou-se por considerar a identidade de gênero a partir dos indícios que o nome assinado dá. Para tanto, considerou-se o que usualmente é compreendido como um nome feminino ou masculino no Brasil.

4.1 Folha

A Folha de S. Paulo publicou, no dia 17 de maio de 2020, a reportagem intitulada *Mulheres fazem jornada tripla, e home office na pandemia amplia desequilíbrio de gênero na Justiça*. A autoria é de Fernanda Mena, sendo, portanto, classificada como uma jornalista.

No que se refere ao enquadramento, identificou-se que a narrativa jornalística parte de uma contextualização quanto ao trabalho das mulheres, articulando entrevistas com magistradas, advogadas e promotoras em relação ao trabalho doméstico que aumentou devido à pandemia. Portanto, a temática centralizada no debate da dupla jornada mesmo para aquelas mulheres que conseguiram alcançar cargos de prestígio no mercado de trabalho predominantemente masculino, como o de Direito. Como apontam Bruschini e Puppini (2004), o acúmulo de jornadas é um problema persistente e estruturado por uma sociedade que mantém suas bases patriarcais, mesmo àquelas mulheres que estão situadas em posições privilegiadas, logo que a divisão sexual do trabalho ainda concentra as tarefas relacionadas ao trabalho reprodutivo à mulher.

Dessa forma, ainda que haja uma entrada considerável de mulheres em áreas predominantemente masculinas, o que ocorre é a acentuação das exigências, pois o inverso – ou seja, o compartilhamento de tarefas do lar pelos homens – não é observado. Assim, impedir a participação pública e política das mulheres na vida pessoal e profissional, ou não derrubar as dificuldades que as impedem de ingressar em cargos ou esferas de poder é uma ordem de manutenção do sistema patriarcal de exploração e opressão, logo que constituir-se enquanto sujeito político é o caminho para a verdadeira emancipação feminina.

Para articular as falas das personagens com a realidade, a jornalista apresenta dados e recorre às fontes oficiais, como IBGE, DPJ/CNJ 2018, OAB, Censo do Poder Judiciário, que no aspecto argumentativo promove legitimidade e autoridade à informação, sendo, portanto, classificado como fundamentado na realidade (FIORIN, 2016). O texto ainda aponta, em dado momento, a dificuldade de haver mulheres negras em cargos altos, para isso, a jornalista utiliza uma personagem que é mãe e negra para articular com dados

estatísticos sobre as desigualdades na questão gênero e raça, o que configura uma tática de argumentação pelo exemplo e, portanto, fundado no princípio de identidade, onde se apresenta um caso como referência do todo.

A tática opera como um espectro de reconhecimento, de forma que quem lê, ao se identificar como mulher, trabalhadora em um contexto de pandemia, coloca-se no lugar da personagem relatada. Ainda assim, o debate se centra na questão de mulheres que já ocupam cargos de destaque, que são uma pequena parcela.

Por fim, a reportagem utiliza, além do texto, somente imagens e hiperlinks ao longo do conteúdo.

4.2 G1

A reportagem de Paula Salvati, intitulada *Recessão gerada pela pandemia impacta mais mulheres e negros no mercado de trabalho*, foi publicada em 30 de maio de 2020 e tem como temática a problemática das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho. Ao contrário da matéria da Folha de S. Paulo, esta aborda os abismos já presentes entre mulheres, negros e mulheres negras em relação aos homens brancos, articulando apontamentos de machismo e racismo. Para dar base à narrativa, a jornalista recorre à especialistas, que são a economista e professora da Unicamp, Marilane Teixeira, e o pesquisador Rogério Barbosa, do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), da Universidade de São Paulo, de forma que “ao utilizar-se do discurso direto, [...] o narrador cria um efeito de sentido de verdade” (FIORIN, 1990, p. 6). Também são trazidas informações do IBGE como dados oficiais, configurando uma argumentação fundamentada na realidade, já que recorre à autoridade (FIORIN, 2016).

A reportagem trabalha com recursos de texto e vídeos, com falas das fontes especialistas, analisando o impacto da recessão da economia nas desigualdades sociais com foco em mulheres, mulheres negras e homens negros.

Em debates teóricos trazidos, por exemplo, por Heleieth Saffioti (2013), observa-se a indissociabilidade de gênero, raça e classe para a caracterização da condição das mulheres no sistema de opressão e exploração. Considerando que a maioria das mulheres

pobres é negra (IPEA *et al*, 2011), o recorte de raça e gênero traz uma dimensão própria dentro da abrangência do ser mulher na abordagem jornalística, que visa mostrar um cenário antecedente à pandemia já bastante desigual às minorias, e que intensificou essa realidade. Essa tática, nas categorias de Fiorin (2016), é baseada na relação de sucessão, já que estabelece relações interdependentes com as noções temporais e históricas, traçando uma narrativa – portanto, também categorizada como fundamentada na estrutura da realidade. Assim, o sentido produzido conduz à ideia de que não podemos compreender o trabalho de mulheres como uma asséptica dialética de gênero e classe, mas também indissociáveis das relações de raça.

4.3 Jornalistas Livres

O artigo intitulado *A sobrecarga do trabalho feminino em tempos de pandemia*, escrito por Géssica Guimarães, professora adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), aborda a designação do trabalho doméstico às mulheres, e mesmo aquelas que conseguem ascender economicamente mantêm uma ordenação colonizadora, por meio da contratação de empregadas domésticas, dando enfoque para o cenário da quarentena e do home office. A pesquisadora articula dados levantados pelo Instituto Locomotiva e fonte teórica, que é o livro *Feminismo para os 99%*. Assim como as demais notícias, a argumentação por autoridade está presente, recorrendo a fontes que reafirmem e deem legitimidade às informações – com base nas categorias de Fiorin (2016), identifica-se uma estratégia argumentativa fundamentada na realidade.

Por tratar-se de um artigo, o texto segue uma linha opinativa, ainda que articule dados e fontes bibliográficas a partir de uma realidade apreendida pela pesquisadora em relação às condições de trabalhadoras, tanto no espaço produtivo quanto reprodutivo. Dessa forma, assume-se que o discurso utiliza uma tática argumentativa baseada no princípio da identidade, em que “sujeito e predicado remetem ao mesmo referente” (FIORIN, 2016, p. 117). Ou seja, a personalidade empregada na produção discursiva se baseia na identificação, no reconhecimento entre a autora e o público.

4.4 Nexo

A reportagem publicada pelo jornal Nexo, intitulada *Quais os impactos da pandemia sobre as mulheres*, aborda aspectos da sobrecarga de trabalho doméstico, violência e vulnerabilidade econômica vivenciadas pelas mulheres. A jornalista Juliana Domingos de Lima recorre à argumentação pela autoridade e entrelaça dados, como os do IBGE, OMS e OIT; entrevistas com especialistas, como Denise Pimenta, doutora em antropologia pela USP; e fontes, com enfermeiras. Aqui, então, há os argumentos fundamentados na realidade.

O texto tem um enquadramento que entrelaça os fatos individuais com os dados e opinião de especialistas, levantando debates sobre o impacto da pandemia nas já desiguais divisões de trabalho doméstico e salário. Assim, assume-se também uma argumentação fundada no princípio da identidade (FIORIN, 2016), em que as vivências individuais são o eixo de reconhecimento e identificação entre quem escreve e quem lê.

5 Considerações sobre as notícias

As publicações coletadas trazem importantes aspectos aludidos pelo jornalismo hegemônico, parecendo haver uma tentativa de fazer emergir a consciência em relação aos aspectos desiguais para as mulheres trabalhadoras, abrangendo trabalho produtivo e reprodutivo. No entanto, observa-se que as 4 matérias analisadas foram escritas por mulheres, permitindo inferir que a temática ainda é centrada no debate das mulheres sobre suas próprias condições.

As reportagens da Folha, G1 e Nexo articulam dados oficiais e alternam entre personagens, o que as aproxima do público, e especialistas, o que dá autoridade à informação. A temática é aprofundada e estabelece relações com a realidade esboçada por dados e estatísticas oficiais da desigualdade social baseada em gênero, divisão sexual do trabalho e precarização econômica pela agenda neoliberal. Em uma aproximação entre a reportagem da Folha e do G1, nota-se dois espectros de uma mesma condição de opressão das mulheres, porém atravessada pela noção de classe e raça. Enquanto a primeira desvela

que a ascensão social alcançada por algumas mulheres aos cargos de poder não afasta as exigências dos papéis de gênero, inclusive impedindo ou dificultando que elas permaneçam em seus cargos ou desempenhem em condições equiparadas às dos homens suas demandas de trabalho, a segunda aponta o abismo que ainda separa mulheres, negros e sobretudo mulheres negras de condições dignas de vida.

O artigo produzido pelo veículo Jornalistas Livres traz especialistas levantando aspectos sobre as desigualdades nas relações de trabalho, os impactos da pandemia na economia e manutenção de mulheres no mercado formal de trabalho e a intensificação do trabalho reprodutivo. Articulando dados e linguagem acessível, adequada aos veículos jornalísticos, a publicação permite que o público em geral tenha acesso a uma construção textual mais enxuta do que um estudo acadêmico, mas ainda bastante rico em relação aos debates e percepções que elencam.

Tanto o artigo quanto as reportagens recorrem aos dados e fontes oficiais de informação, como artifício de legitimação, buscando demonstrar que o caso exemplificado (seja por especialistas ou personagens) é um esboço da macrorrealidade.

Observa-se ainda que são as reportagens em profundidade que dão mais elementos de interpretação ao público, logo que desenvolvem a compreensão e ofertam elementos capazes de atribuir significação a quem lê, de forma que os relatos trazidos na narrativa podem ser percebidos como constituintes da realidade das mulheres. Se forem as próprias leitoras, estas podem perceber-se com mais facilidade como ocupantes destes espaços de opressão e exploração, sobretudo diante da fala de personagens, que costumam trazer realidades comuns. Portanto, de um modo geral, nota-se uma vinculação afetiva e um reforço estatístico da realidade compartilhada presente nas reportagens. Já no artigo, observa-se a narrativa em campo pessoal, como é próprio do gênero jornalístico, mas subsidiado também por dados e estatísticas.

Assim, aponta-se que as construções argumentativas se entrelaçam para orientar a um mesmo sentido, evidenciando a flexibilidade da linguagem, que se vale de uma estrutura consolidada e que exige determinadas normas estruturais (FIORIN, 1990), mas possibilidade um trabalho versátil com os sentidos e argumentos. São as táticas de autoridade e de identificação que prevalecem no aspecto da argumentação, indicando então

uma possível necessidade de produzir legitimidade às informações do texto, ao mesmo tempo que se pretende gerar a adesão das leitoras pela identificação. Isso, então, pode indicar que a realidade de opressão e violência das mulheres, ainda que historicamente presente, tem pouca adesão ou reconhecimento pela sociedade. Ao recorrer às táticas de autoridade, por exemplo, assume-se que as informações e dados relatados podem parecer frágeis e distantes da população que os lê. Da mesma forma, o uso de exemplos e relações de identificação auxilia as mulheres leitoras a se perceberem como parte desse sistema, o que é corroborado por Hanisch (1996), ao demonstrar como a troca entre mulheres as faziam conscientes que seus dilemas pessoais eram, na verdade, problemas estruturais.

Conclusão

Ainda que paire sobre o jornalismo uma ordem hegemônica que sustenta discursos patriarcais, mantendo o status quo, a mídia pode ser uma ferramenta de articulação política e tomada de consciência individual e coletiva. Assim, reportagens e artigos que relacionem o exposto com a condição social das mulheres é uma forma de fazer circular a noção de que ainda há um longo caminho para o movimento de emancipação feminina. Trazer a público aspectos que, em um primeiro momento, remetem aos dilemas privados, domésticos, é fazer emergir a máxima que ecoa em muitas bandeiras feministas, de que o pessoal é político, de que o que ocorre dentro da esfera do lar, no seio familiar, é verdadeiramente um problema estrutural (HANISCH, 1996), atravessado por questões de opressão e exploração de gênero, classe, raça e sexualidade.

Aponta-se que a pandemia ou o isolamento social apenas fazem emergir a urgência dos debates levantados. Assim, não é como se o contexto social causado pela Covid-19 desencadeasse as situações de duplas ou triplas jornadas, inequitação trabalhista, sobrecarga de trabalho, precariedade social, violência e tantas outras realidades levantadas. O que ocorre é uma acentuação extrema do que deveria ser visível aos olhos de toda a sociedade, mas é sumariamente encoberto por um jogo de interesses institucionais, sociais e estruturais. Ainda que haja áreas de respiro, como a presença das jornalistas nas empresas aptas a produzir materiais que ascendem os debates, o fluxo noticioso é moldado também

pela urgência social que fecha os olhos para a condição das mulheres. Ou seja, aquilo que se chamou de alavancar consciência por Carol Hanisch em 1996 continua urgente e necessário, fazendo acender a noção de que a precarização e sobrecarga do trabalho, a perda de direitos e a desumanização acentuada das trabalhadoras menos têm a ver com a pandemia do que com a ordenação social, a divisão sexual do trabalho e o sistema de exploração, opressão e subordinação de gênero, raça e classe.

Então, o alavancar consciências, que se deu por meio de diálogos sobre os considerados problemas pessoais, pode ser compreendido também como uma cartografia da condição da mulher, de forma que se tenha bases para dar forma a ela, remontando uma classe política pela autonomia e emancipação femininas. Para isso, não podendo correr o risco de perder-se o intuito ou a troca, afastando a normalização do lar como espaço privado e asséptico de assistência e intervenção, pois, como aponta Christine Delphy (2004), “Um movimento não consiste apenas em avançar por um caminho, mas em traçar esse caminho; a cartografia da opressão e o desenho da libertação nunca estão terminados”.

Portanto, o tecer constante sobre as condições das mulheres, a partir de um dado momento e contexto, joga a público o que ainda se mantém forçosamente imbuído na esfera privada, retomando a noção de que o pessoal – duplas ou triplas jornadas, falta de participação dos homens que moram na mesma casa, a centralidade no cuidado das crianças, as desigualdades salariais, a inflexibilidade das empresas em relação às demandas pessoais da maternidade, o aumento da pobreza entre mulheres e sobretudo mulheres negras, o aumento da taxa de mulheres na informalidade, entre outros – reverbera a necessidade de uma articulação política para um movimento radical de mudança. Aqui, novamente, compreendendo radical como em direção à raiz do problema, o que leva à noção de que empoderar individualmente as mulheres está longe de ser uma mudança social para a classe política mulheres. Esse caso fica evidente na matéria da Folha, em que mulheres em altos cargos, tanto econômica quanto socialmente, permanecem afetadas pela divisão social do trabalho, logo que ele é indissociável das relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009).

Referências

- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo – a experiência vivida*. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BRUSCHINI, C; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.
- BUCCI, E. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DELPHY, C. Para redescobrir o feminismo. In: *Le Monde Brasil*, 2004. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/para-redescobrir-o-feminismo/>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- FIORIN, J. L. Tendências da análise do discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 173-9, 1990.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2016.
- FIORIN, J. L. Fundamentos teóricos para o ensino da leitura. *Letras*, [S. l.], n. 2, p. 11–21, 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11408>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- GUIMARÃES, G. A sobrecarga do trabalho feminino em tempos de pandemia. *Jornalistas Livres* [online] 23 abr. 2020. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/a-sobrecarga-do-trabalho-feminino-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- HANISCH, C. Using history to make history: learning from our successes. In: *Carol Hanisch*, 1996 [arquivo online]. Disponível em <http://www.carolhanisch.org/Speeches/Gainesville1996/GainesvilleSpeech.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. In: *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.
- IPEA [et al.] *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. – Brasília: Ipea, 2011. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2008, p. 67–75.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIMA, J. D. de. Quais os impactos da pandemia sobre as mulheres. *Nexo* [online] 04 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/24/Quais-os-impactos-da-pandemia-sobre-as-mulheres>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- MENA, F. Mulheres fazem jornada tripla, e home office na pandemia amplia desequilíbrio de gênero a Justiça. *Folha de S. Paulo*. [online] São Paulo, 17 maio 2020. Disponível em
- OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. *Rev. Estud. Fem.* 2008, vol.16, n.2, p. 305-332.

PEÇANHA, V. *Obrigado pelo marketing: um guia completo de como encantar pessoas e gerar negócios utilizando o marketing de conteúdo*. São Paulo: Benvirá, 2017.

PEREIRA, F. H. *Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão*. Lisboa: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabioresponsabilidade-jornalista.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v.11 n.2, p.15-29, jan./jun. 2018.

SALATI, P. Recessão gerada pela pandemia impacta mais mulheres e negros no mercado de trabalho. *GI* [online] São Paulo, 30 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/30/recessao-gerada-por-pandemia-impacta-mais-mulheres-e-negros-no-mercado-de-trabalho.ghtml>

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular. 2004.

VIVARTA, V. (coord.). *Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: Uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília, DF: ANDI. Instituto Patrícia Galvão, 2011.

ⁱ Doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Email: ana.luiza.cordeiro@gmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1039401229577356>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8748-3265>.

ⁱⁱ Professora titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Email: nancist@terra.com.br

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4274116207418522>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4970-2498>.